

# O PAPEL SOCIAL DA JUVENTUDE NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DO TRABALHO

Rizete Serafim<sup>1</sup>

Serviços Sociais



**cadernos de  
graduação**

ciências humanas e sociais

ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

## RESUMO

O presente artigo tem como objeto a análise das condições postas para a juventude brasileira no processo de inserção no mundo do trabalho e o papel do Estado nesse processo a partir da reestruturação do capital. O desenvolvimento desta análise se pautara na revisão da literatura sobre a temática em questão

## PALAVRAS-CHAVE

Política Social. Juventude e Reestruturação Produtiva.

## 1 INTRODUÇÃO

Os jovens na sociedade moderna têm tido posição de destaque. É justamente nessa fase da vida que se tomam as decisões que direcionarão o futuro de cada indivíduo. Portanto, nesse momento único de cada ser humano, é crucial que a sociedade ofereça as oportunidades necessárias para que o jovem possa olhar o horizonte e decidir os melhores caminhos que deve tomar.

É assim em todo mundo. No Brasil, porém, a década de 1990 foi marcada pela ausência de perspectivas para os nossos jovens quanto ao rumo a ser seguido, esta questão surgiu de forma gritante, sobretudo no mercado de trabalho e tem seu espriamento na atualidade. O crescimento das taxas de desemprego nesse momento é prova concreta dessa falta de perspectivas. Também as pesquisas, os estudos sobre jovens e a procura dos governos em formular – por vezes equivocadamente – políticas para essa faixa etária confirmam essa percepção.

A preocupação desse estudo foi abordar de forma analítica o processo de intervenção do poder público no que tange às políticas públicas para essa faixa etária da população e as possíveis implicações para os jovens no processo de inserção no mundo do trabalho que ira resultar na ausência de perspectivas quanto ao caminho profissional futuro, já que essa intervenção não tem correspondido às expectativas.

Essa situação pode ser entendida pela histórica fragilidade das políticas públicas, no que concerne à garantia dos direitos de cidadania, pela ausência do Estado nas periferias empobrecidas da cidade e pelo fato de contarmos, no Brasil, no contexto da globalização da economia, com um mercado de trabalho restrito e excludente na medida em que exige uma qualificação cada vez mais extensa. Por outro lado, observamos que os programas destinados à preparação para o mercado de trabalho são insuficientes para reverter esse quadro que tem se configurado historicamente, por meio de um conjunto de variáveis, inclusive por conta da educação pública que vem sendo sucateada.

Percebemos que a intervenção do Estado, por meio das políticas públicas para os jovens, não leva em conta o protagonismo juvenil<sup>2</sup>, não se dá de forma contínua, ou seja, na maioria dos casos trata-se de ações fragmentadas. Mesmo após a aprovação da Constituição em 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que surgem com a perspectiva de serem instrumentos voltados para o resgate da cidadania desse segmento da população, ainda não temos políticas públicas que respondam qualitativamente às questões apresentadas por esse segmento da sociedade; o que temos são políticas pontuais, fragmentadas e de caráter compensatório.

## 2 A POLÍTICA SOCIAL PARA A JUVENTUDE

O Brasil, ao assinar a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), assumiu um conjunto de compromissos e obrigações voltados para a proteção destes

---

<sup>2</sup> Esse conceito será aprofundado no Capítulo II

direitos; ou seja, o Estado, a sociedade e a família têm o dever de assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes (Artigo 227 da Constituição Brasileira) e colocá-los a salvo de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.

Ainda que não esteja ao alcance do município superar todas as formas de violação dos direitos de crianças e adolescentes, é seu dever promover uma política de atendimento que os priorize, assegurando seus direitos fundamentais.

Mesmo assim, os governos municipais não enxergam os problemas da juventude de maneira global, costumam oferecer soluções localizadas, sem políticas que assumam um caráter integrador de ações de vários setores da própria prefeitura.

As abordagens mais frequentes podem ser apresentadas por ações fragmentadas, que estabelecem uma intervenção sem nenhuma articulação entre vários setores da prefeitura e representados por ações que buscam enfocar problemas mais ligados ao cotidiano familiar, com relação à segurança pública ou educação, onde apenas uma parcela da juventude é vista como público alvo, como os adolescentes de rua e em situação de rua, a questão da gravidez precoce, ou com relação ao uso de drogas.

Outro grande equívoco no processo de construção de políticas públicas para a juventude, é ver os jovens como um problema do qual todos devem se proteger. À juventude é associada ameaças à estabilidade familiar, violência, drogas, gravidez precoce, depredação, desrespeito, barulho e desordem. E quando o poder público se propõe a oferecer uma resposta, o faz por meio de ações que buscam suprimir esses problemas como aumentando o policiamento nas escolas, criando programas apenas de informação sobre drogas e sexualidade e monitorando as áreas de diversão e lazer.

Por outro lado, quando o poder público não ver os jovens como os responsáveis pela desordem social, os concebe como uma parcela da sociedade fragilizada, que o Estado deve proteger, criando políticas de proteção que na verdade se restringem aos adolescentes em situação de risco social e não a qualquer adolescente. Porém, contraditoriamente, esse mesmo Estado que é o grande protetor, busca juridicamente livrar-se desse compromisso, legalizando as mudanças com relação à maioria dos jovens<sup>3</sup>.

A visão que se tem da juventude é baseada quase sempre em estereótipos construídos a partir de opiniões com pouca ou quase nenhuma fundamentação científica. Pensa-se a juventude como uma categoria genérica que procura abarcar um grupo social bastante numeroso e complexo.

Na verdade, há uma imprecisão em se falar de juventude como se fosse um conjunto homogêneo. O modo de vida, os problemas e as necessidades dos jovens variam de acordo com o local onde vivem, sexo, faixa etária e classe social. Não há uma juventude, mas sim diferentes juventudes que, do ponto de vista das políticas públicas, necessitam de ações diferenciadas. A maioria dos problemas da juventude identifica-se com os problemas de toda a população, no entanto, existem dois aspec-

---

3 Tramitou na Câmara Federal lei que torna os adolescentes responsáveis pelos seus atos a partir dos 16 anos, que desobrigaria o Estado em relação às obrigações sociais com essa parcela da sociedade. Felizmente tal proposta não foi aprovada pela Câmara Federal devido à mobilização dos grupos que trabalham com a questão da criança e do adolescente.

tos que fazem a juventude merecer uma atenção particular como sujeito de políticas públicas que são: as especificidades da juventude e a convergência das necessidades.

Quando tratamos das especificidades é porque estamos levando em conta que as carências da juventude em relação às políticas públicas são, na verdade diretamente influenciadas por sua condição concreta de vida. Suas demandas são diferenciadas em relação a outras faixas etárias ou possuem manifestações específicas. E quando trabalhamos a questão da convergência das necessidades é porque estamos considerando a juventude como um momento em que se combinam várias necessidades particulares como, por exemplo, a busca de socialização, afirmação de gênero, entrada no mercado de trabalho como também o início do processo para a entrada na vida adulta (SPOSITO, 1994).

Como citamos anteriormente, o poder público deve pensar as políticas públicas de forma intersetorial, pois a juventude enquanto público-alvo dessas políticas não pode ser vista de forma fragmentada, mas sim na sua totalidade.

Uma política pública destinada à juventude deve considerar, por princípio, que esta é uma temática de caráter intersetorial, que cruza transversalmente várias políticas municipais e como é voltada para os jovens, deve levar em conta que a juventude é constituída por públicos específicos com algumas características comuns entre si.

Por conta desse caráter multisetorial, a abrangência de uma política municipal para a juventude pode variar em função das necessidades e possibilidades de cada município. É importante identificar as principais demandas e carências e desenhar um conjunto de ações que possam ser desenvolvidas de forma integrada.

As políticas devem ser pensadas exclusivamente para atender às carências básicas, ou seja, que garantam um mínimo de dignidade no processo de desenvolvimento dos jovens como acesso a uma escola de boa qualidade onde ele possa ter condições de competir no mercado de trabalho, programas de formação profissional, acesso ao lazer e a cultura, bom atendimento médico, além de programas de assistência à família. Devem ser consideradas indispensáveis por construírem um patamar mínimo de sociabilidade e condições de vida para que outras ações possam ser empreendidas.

Observamos, portanto, que não adianta os governos municipais pensarem as políticas públicas para a juventude e continuar considerando apenas o público-alvo dessas políticas. Não adianta pensar as políticas sem buscar entender as verdadeiras necessidades dos jovens. Faz-se necessário tornar os jovens sujeitos dessas políticas, participantes ativos de seu desenho e implementação. Nessa visão, os jovens tornam-se parceiros e interlocutores do governo municipal, realizando ações conjuntas da política municipal de juventude.

Dentro desse processo histórico das políticas sociais no cenário brasileiro, podemos perceber que a preocupação do Estado com a situação dos jovens, assim como a aceitação de sua especificidade enquanto grupo etário que deve ser motivo de ações particulares, também de políticas coerentes e integradas, é muito recente, ocorrendo apenas no final da década de 1980 e início da década de 1990 do século XX.

O conceito de protagonismo juvenil (LULIANELLI, 2003) foi forjado após o final da década de 1980 e durante a década de 1990, necessitando de uma ponderação. Trata-se de um novo modelo político pedagógico cujas ações têm por atores os próprios jovens.

No entanto, esse conceito merece uma crítica. Segundo Lulianelli (2003), a perspectiva progressista compreende protagonismo-vanguardismo da juventude como a característica que a torna elite geradora da mudança, da transformação. Ela é a cabeça pensante do processo de transformação da sociedade. Na ótica conservadora esse vanguardismo-protagonismo refere-se aos empreendedores isolados, capazes de motivar por meio da ação geradora que iniciam. Os empreendedores impelem os outros aliados às suas iniciativas e propostas. Em ambos os casos, o conceito de protagonismo concorda com a origem cênica: ator principal, aquele que tem o papel mais importante na peça, com o qual os demais contracenam numa situação de subordinação, ou com uma diretividade apontada para ele. Nesse caso, o protagonismo juvenil é o desempenho dirigido por esse papel fundamental que explica o sentido da peça. Não há como compreender a peça sem a função central desse autor.

O protagonismo juvenil a que estamos nos referindo é aquele defendido por Lulianelli. Ele tem outra propriedade. Primeiramente, trata-se de ações juvenis coletivas e participantes – nelas se constroem a autonomia dos participantes e o envolvimento da coletividade em ação. Este modelo de ação, por conseguinte, não supõe um mecanismo de geração de lideranças individuais, indivíduos líderes (elites), mas a geração de participação e cooperação social. Propriamente, protagonismo é um modelo pedagógico político de ação. É uma ação educativa que relaciona jovens e educadores – ou somente jovens – na construção de um processo de intervenção sociocultural.

É a partir desse protagonismo que iremos entender as verdadeiras necessidades dos jovens. Assim, é imprescindível tornar os jovens sujeitos dessas políticas, participantes ativos de seu desenho e implementação.

### 3 JUVENTUDE E A CATEGORIA TRABALHO

Segundo Luís Groppo (2000), juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para justificar uma série de comportamentos e atitudes a eles atribuídos. Trata-se não apenas de limites etários pretensamente naturais e objetivos, mas também, e principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdos que têm importante influência nas sociedades modernas.

Este autor aponta duas referências para definir a categoria juventude: o critério etário e o critério sociocultural. O critério etário – que delimita a juventude de acordo com as faixas de idade – está sempre presente, expresso ou subjacente, como base prévia de uma definição de juventude. Mesmo negado, dificilmente chega-se a outra definição real. Groppo (2000) adota o critério sociocultural, pois entende que é o sistema sociocultural e econômico que determina o início, o final e os períodos de transição de cada fase da vida humana.

Sposito (1994) constrói um conceito de juventude, considerando tanto o critério etário como o socioeconômico. Esta autora, no livro intitulado *Sociabilidade juvenil e a rua*, afirma que a juventude é um momento da vida traduzido pelo intervalo entre a posse

de condições de reprodução biológica e de reprodução social e o reconhecimento por parte da sociedade de sua habilitação plena para o desempenho dessas atividades na vida adulta. Para ela, a caracterização do jovem deve ser traçada sob o ponto de vista relacional, ou seja, a partir de uma forma peculiar de relação que ele mantém com o mundo adulto e, conseqüentemente, de sua busca de distância do universo infantil.

A categoria social juventude, segundo Groppo (2000), tem uma importância crucial para a compreensão de diversas características das sociedades modernas, o funcionamento delas e suas transformações. Para entendermos o papel dessa categoria no processo de organização da sociedade moderna, basta percebermos as metamorfoses ocorridas na arte-cultura, no lazer, no mercado de consumo, na forma como se estabelecem as relações cotidianas e no processo de organização da política não-institucional.

A juventude também é uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muitas diversidades na realidade cotidiana devido à sua combinação com outras situações sociais como, por exemplo, a de classe ou estrato social, e devido também às diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como às distinções de etnia e gênero.

Historicamente, a juventude foi vivida inicialmente pelas classes burguesas e aristocráticas, para depois se tornar um direito das classes trabalhadoras. Já a juventude típica do século XX, a juventude dita "rebelde-sem-causa", radical ou delinquente, tem sua imagem formada no jovem das chamadas "novas classes médias". À juventude ideal e primitivamente construída – urbana, ocidental, branca e masculina – outras vieram juntar-se – rurais, não-ocidentais, negras, amarelas, mestiças, femininas etc. São outras juventudes que construíram para si representações e relações sociais concretas, distintas, em diversos graus, do padrão considerado ideal ou típico da juventude da época.

Outro aspecto trabalhado por Groppo (2000) que merece ser retomado para entendermos juventude enquanto categoria social é a visão gerencial, isto é, consideramos alguns elementos como a autonomia em relação aos laços estabelecidos com a família, a transitoriedade como essenciais no processo de redefinição e estruturação da sociabilidade juvenil.

Na juventude, os laços familiares tendem a se tornar mais difusos ao lado da inserção mais forte em outras instituições que pode, muitas vezes, repercutir no próprio padrão socializador desenvolvido pelo grupo familiar de origem.

No Brasil, a juventude teve historicamente um importante papel no processo de organização da sociedade. Segundo Helena Abramo (1997), a população jovem vem sofrendo diretamente as conseqüências das mudanças econômicas e sociais ocorridas no país nos últimos 30 anos. Devido às alterações econômicas, os jovens são pressionados a antecipar a sua fase adulta, assumindo algumas obrigações prematuramente; com isso os seus sonhos são esquecidos, perdem a crença em um futuro de vitórias. Esses elementos contribuem e determinam a participação do jovem na formação social, cultural e política do país.

Como fruto de uma situação crônica, como falência das instituições de socialização, da profunda cisão entre integrados e excluídos, de uma cultura que estimula o hedonismo e leva a um extremo individualismo, os jovens aparecem como vítimas e promotores de uma dissolução social.

Esses jovens se transformam para a sociedade em objeto de compaixão, onde ela busca esforços para denunciar a lógica que os constrói como vítimas de ações para salvá-los dessa situação (ABRAMO, 1997).

No Brasil, as esferas de socialização, oriundas da precoce inserção no mercado de trabalho, penetram e podem influenciar a condição do jovem e interferir, tanto na dinâmica familiar quanto na relação que ele estabelece com o mundo escolar.

Na maioria das vezes, a inserção no mercado de trabalho é resultado da pressão exercida pela família, tanto para melhorar o nível de subsistência do grupo familiar quanto para ocupar o tempo ocioso do adolescente ou do jovem. Outra forma de inserção no mercado pode ser pela via do consumo, ou seja, muitas vezes o desejo do jovem pelo trabalho é simplesmente para suprir as suas necessidades juvenis.

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que podemos afirmar que a “classe-que-vive-do-trabalho” sofreu a mais aguda crise do século XX, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 2000).

A produção em massa e em série são substituídos pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. A “gestão participativa”, a busca de “qualidade total”, são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro mundo industrializado (exemplo, o Brasil). Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados de modo a dotar o capital do instrumento necessário para adequar-se à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminuem ou mesclam-se, dependendo da intensidade, o despotismo Taylorista pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 2000).

Como resultado desse processo, temos altos níveis de desemprego estrutural e retrocesso da ação sindical. O individualismo exacerbado encontrou também condições sociais favoráveis entre tantas outras consequências negativas.

As modificações tecnológicas colocaram um novo contexto, exigindo inovações organizacionais onde o binômio fordismo e taylorismo está sendo desmontado por outras modalidades de processos produtivos com a introdução de outros componentes que vieram dar uma nova performance ao trabalho. Entre estes componentes, a flexibilização do aparato produtivo ao mudar a relação homem x máquina já não-vinculado a uma linha de montagem tipo fordista, mas fundada em novas vivências como a do trabalho “em equipe”, conclamando ao envolvimento com o ideário da empresa.

A terceirização, como parte da descentralização da produção, que hoje envolve porções significativas do trabalho, muitas vezes o mais desqualificado, traz consi-

go a desproteção ocupacional, o aumento brutal da insegurança e da precariedade das relações trabalhistas.

Sem dúvida, o novo padrão de desenvolvimento gerado pela chamada 3ª revolução industrial provocou uma enorme crise na medida que exigiu a modernização do trabalho sob pena de se tornar obsoleto e, no seu bojo, a eliminação e/ou a substituição de uma série de setores que participavam do processo produtivo; entre eles, a substituição da classe operária, com níveis importantes de organização, por indivíduos que se propõem a ocupar empregos precários, sendo chamados de operários de ocasião, que viabilizam a institucionalização do trabalho temporário.

Também os índices relativos ao emprego a tempo parcial podem demonstrar a fragilização do trabalho. Eles podem, dependendo da realidade de maior ou menor desenvolvimento de cada país, ter outros significados vinculados à diminuição das jornadas de trabalho sem redução da qualidade de vida. Tudo isso veio modificar substantivamente as características e o peso do trabalho, tanto em termos numéricos quanto em termos da qualidade de seus processos, causando uma verdadeira metamorfose em seu mundo e condicionando o seu declínio.

Para muitos trabalhadores, as tecnologias de rápida evolução colocaram outros tipos de demandas de formação e qualificação em constante mutação em que conhecimentos e habilidades apreendidas nas escolas rapidamente tornaram-se inúteis ou não se constituem passaporte para entrada no mercado de trabalho.

Historicamente, a escola, enquanto instituição central do projeto societário da burguesia, apresentava-se como um espaço para a formação social e cultural de todos que nela fossem inseridos. Porém, é preciso ressaltar que esse modelo de escola não é, infelizmente, para todos. No Brasil, por exemplo, a escola que a classe trabalhadora tem acesso é outra, uma escola do trabalho precário ou que prepara para o duro trabalho, que continua garantindo a histórica exploração do capital pelo trabalho. Segundo Frigotto (1999), do mesmo modo que temos uma sociedade dual, temos uma escola dual. Além disso, até hoje, em países de capitalismo periférico, como o Brasil, o direito da escola básica é ainda muito restrito.

Por outro lado, a herança econômica, social e cultural advinda da vivência dos processos de trabalho formal assalariado em nosso país aponta mais para um déficit do que para saldo a ser usufruído. A “crise” nos pilhou, vivendo um processo de conquistas sociais básicas num plano bem mais elementar de direitos advindos do trabalho e de cidadania como um todo. Estas diferenças de “estoque de direitos” trazem questões distintas que marcam diferentemente os processos de formação identitária em cada realidade e vão colocar as dimensões da crise do emprego em cada formação social.

O emprego, cada vez mais, passa a ter, quando existe, um caráter acidental e provisório, sendo intercalado com extensos períodos de desemprego ou atividades geradoras de alguns ganhos sem vínculos trabalhistas determinados e, na relação com os níveis de escolaridade crescentes, desmistificando a ideia do significado do estudo para a obtenção segura de um posto de trabalho.

Essas metamorfoses do mundo do trabalho tradicional vão lhe dando uma nova performance, “pondo em xeque modos de socialização e formas de integração com

base no trabalho, revertendo identidades, filiações, formas de coesão e de solidariedade” (CASTEL, 1998, p.15). Para muitos, o trabalho pode estar vivendo os seus últimos estertores e, muitas vezes, exatamente por isso, o trabalho assalariado permanece “como referência dominante não somente econômica como também psicológica, cultural e simbolicamente” (CASTEL, 1998, p. 18). Continua sendo parâmetro fundamental a partir do qual são avaliadas, reconhecidas e valorizadas as vivências em sociedade, influenciando na formação de identidades pessoais e sociais e fazendo parte, inclusive, do cotidiano das novas gerações.

Infelizmente, a inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho é vista por uma parcela da sociedade como um benefício e uma alternativa à marginalidade, às drogas e à prostituição. Na realidade, as crianças estão à mercê da exploração do capital porque dele necessitam, pois na sua maioria são oriundas de famílias onde os pais estão desempregados ou subempregados. Portanto, quando analisamos a questão do trabalho de crianças e adolescentes não devemos pensar somente na garantia de seus direitos, temos que ter como princípio mudar as relações societárias de exploração.

A resposta do Estado por meio das políticas sociais não se dá de forma inclusiva, na medida que elas são pensadas de forma setorial, ou seja, existe política para a juventude na área da saúde, da educação, do lazer, do trabalho como se essas questões não tivessem uma articulação entre si.

A educação, atualmente, não é pensada como fundamental para o processo de construção de novos sujeitos, de novas identidades, nem tão pouco como um espaço essencial no processo de inserção ao mercado de trabalho, pois se assim o fosse, não teríamos um alto índice de jovens analfabetos, seja pela deficiência no processo de inserção escolar seja pelos altos índices de evasão escolar.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realidade do jovem pobre no Brasil, especialmente daqueles residentes nas áreas faveladas, tem se tornado cada vez mais difícil, principalmente em relação às perspectivas quanto ao futuro. Vivem em condições precárias, sem garantia dos direitos de cidadania e sem acesso aos serviços básicos. Com relação à escola, por exemplo, esses jovens quando ingressam na vida escolar se deparam com um ensino de baixa qualidade que não lhes permite uma formação compatível com as exigências do mercado de trabalho na atualidade.

É exigido do jovem um amplo conhecimento e domínio de determinados conteúdos técnicos e teóricos compatíveis com as novas exigências postas a partir da reestruturação do mercado de trabalho, porém, com a desqualificação da escola pública, este jovem não tem como se capacitar para responder às novas exigências postas pela globalização da economia.

Esse mercado tem se redimensionado a partir das transformações verificadas no mundo do trabalho com a globalização da economia. Observa-se ainda que progressivamente o Estado tem se retraído no que diz respeito à intervenção social, assumindo uma feição neoliberal.

O Estado neoliberal não tem uma intervenção sistemática em relação às políticas sociais, pois o seu objetivo maior é justamente favorecer a acumulação capitalista com consequências desastrosas para toda a sociedade.

Assim, no Brasil, a universalização de direitos garantida na Constituição de 1988 não se faz em um contexto desfavorável já que esse processo se verifica no contexto do neoliberalismo. A inclusão dos jovens, por meio de programas sociais, não se realiza não só porque a cobertura dos programas não atenda todo o universo, mas também porque a qualidade desses programas e, principalmente no que se refere ao processo de inserção no mundo do trabalho, não atendem aos objetivos propostos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, São Paulo, 1997.

ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia de; SPOSITO, Marília Pontes (org.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

ALVIM, Rosilene; GOUVEIA, Patrícia. **Juventude anos 90**: conceitos, imagens e contextos. Rio de Janeiro: Gestão Comunitária, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Política social no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Ed. Cortez., 1998.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, 1990.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros desafios. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FRIGOTTO, Gaudênio. Trabalho precoce e formação: a questão da incorporação de adolescentes no mercado de trabalho. **O social em questão**, V. 3, n. 3, Rio de Janeiro, PUC, Depto. de Serviço Social, 1999.

LULIANELLI, Jorge Atilio. Juventude: construindo processos: o protagonismo juvenil *In*: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; LULIANELLI, Jorge Atilio Silva (org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

---

**Data do recebimento:** 22 de abril de 2020

**Data da avaliação:** 15 de setembro de 2020

**Data de aceite:** 15 de setembro de 2020

---

---

1 Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Assistente social, graduada pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP; Pesquisadora na política de assistência social; Coordenadora do curso de Serviço Social – UNIT/PE. E-mail: rizete\_serafim@pe.unit.br